

Capitalismo de plataformas no espaço metropolitano brasileiro: empresas-aplicativo de entrega de alimentos e a reestruturação do trabalho

Platform capitalism in the Brazilian metropolitan space: food delivery app companies and the restructuring of work

Capitalismo de plataforma en el espacio metropolitano brasileño: las empresas de aplicaciones de comida a domicilio y la reestructuración del trabajo

Capitalisme de plateforme dans l'espace métropolitain brésilien : les entreprises d'applications de livraison de nourriture et la restructuration du travail

André Almeida de Abreu



Electronic version

URL: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/23160>

DOI: 10.4000/espacoeconomia.23160

ISSN: 2317-7837

Publisher

Núcleo de Pesquisa Espaço & Economia

Electronic reference

André Almeida de Abreu, "Capitalismo de plataformas no espaço metropolitano brasileiro: empresas-aplicativo de entrega de alimentos e a reestruturação do trabalho", *Espaço e Economia* [Online], 25 | 2023, Online since 12 September 2023, connection on 23 September 2023. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/23160> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.23160>

This text was automatically generated on 23 September 2023.



Creative Commons - Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International - CC BY-NC-SA 4.0
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Capitalismo de plataformas no espaço metropolitano brasileiro: empresas-aplicativo de entrega de alimentos e a reestruturação do trabalho

Platform capitalism in the Brazilian metropolitan space: food delivery app companies and the restructuring of work

Capitalismo de plataforma en el espacio metropolitano brasileño: las empresas de aplicaciones de comida a domicilio y la reestructuración del trabajo

Capitalisme de plateforme dans l'espace métropolitain brésilien : les entreprises d'applications de livraison de nourriture et la restructuration du travail

André Almeida de Abreu

Introdução

- 1 Desde a crise dos anos 1970, o modo capitalista de produção tem sofrido metamorfoses em seus padrões de acumulação. Tais modificações têm provocado ondas de reestruturação produtiva, com efeito sobre a produção do espaço e as relações de trabalho. Podemos chamar esse processo de *ajuste espacial*, como propõe Harvey (2013), destacando os efeitos do deslocamento de parcela significativa do capital produtivo para leste do globo terrestre, produzindo novas formas de divisão territorial do trabalho dominadas por uma flexibilidade maior e pela lógica da fluidez, características de um sistema capitalista em intensa financeirização.
- 2 O conjunto de modificações do regime de acumulação está vinculado a processos de desregulamentação e ampliação da mobilidade dos fluxos. A redução dos níveis de regulamentação e a ampliação dos níveis de mobilidade têm produzido o rompimento

de barreiras à internacionalização do capital, com efeitos dramáticos tanto para as formas de Estado de bem-estar social quanto para o trabalho. De um lado, a transnacionalização da economia pôs os estados nacionais em desvantagem relativa ao capital, que utiliza sua capacidade de se transferir para outras regiões para submeter governos locais e nacionais a uma agenda político-econômica satisfatória a seus interesses. Streeck (2018) denomina esse processo *desdemocratização do capitalismo*. Wolfgang Streeck descreve alguns efeitos desse processo, afirmando que “a desregulamentação a partir do fim dos anos 1970 não atingiu apenas os mercados de trabalho. Atingiu também cada vez mais os mercados de bens, serviços e capitais” (STREECK, W. 2018, p. 68).

- 3 Os processos de desestatização, desregulamentação e de precarização das relações de trabalho estão interligados pelo fio condutor da intensificação da concorrência, proporcionada pelo aumento da mobilidade da mercadoria, do trabalho e do capital – criando condições favoráveis a este último. Para os trabalhadores, tanto a livre-circulação do capital como a ampliação da capacidade de deslocamento do trabalho (via migração) têm resultado similar: o aumento da concorrência por emprego.
- 4 O efeito da ampliação da mobilidade do capital para o Estado é similar ao da ampliação da mobilidade do capital e do trabalho para os trabalhadores, tendo em vista que cria um cenário intensamente concorrencial. A internacionalização da economia induz as localidades, regiões e nações a uma disputa pela atração de investidores, ocasionando aquilo a que Milton Santos chamou de *guerra de lugares* (SANTOS, 1996), disputa caracterizada por um processo em que os governos oferecem a desregulamentação e a redução da tributação em troca do engajamento dos investidores na alocação de recursos privados em seu território, culminando em uma concorrência voraz entre regiões que põe os Estados em desvantagem em relação ao capital.
- 5 No Brasil, o padrão flexível de acumulação começou a se consolidar ao longo dos anos 1990 com as reformas neoliberais do Estado. Caracterizado pela abertura do país ao capital estrangeiro, pela redução da atuação do Estado sobre a economia nacional e pela privatização de empresas estatais – como foi o caso emblemático da Vale do Rio Doce –, o processo de passagem da economia brasileira ao regime flexível de acumulação é marcado por mudanças e permanências, modernizando alguns setores nacionais (como o serviço de telefonia) sem corrigir a estrutura social de injustiça no país, marcada por elevados níveis de desigualdade.
- 6 Assim como em outros países, o processo de flexibilização do padrão de acumulação no Brasil foi seguido de um aumento na participação do setor de serviços no produto interno bruto, ampliando o subemprego na economia brasileira mediante aumento das relações informais de trabalho – historicamente presentes na formação territorial brasileira e observadas por autores como Antunes (2020), Singer (1981), dentre outros.
- 7 Ricardo Antunes aponta para um processo de precarização das relações de trabalho no Brasil a partir da década de 1990, o qual teria sido marcado pelo crescimento proporcional do setor de serviços na economia brasileira, tendo como resultado “mais expressivo a expansão do novo proletariado de serviços que se desenvolveu em decorrência da significativa onda de privatizações das empresas estatais e dos serviços públicos” (ANTUNES, 2020, p. 127).
- 8 Entendemos que o subproletariado brasileiro¹ – produto histórico da condição de economia dependente e da inserção periférica do Brasil no sistema internacional de acumulação – sofreu modificações desde a consolidação do padrão flexível de

acumulação no Brasil. A inserção de uma parcela do subproletariado no segmento de baixa qualificação do setor de serviços, garantindo a oferta de mão de obra de baixo custo, como aponta Antunes (2020), é uma das razões para o crescimento vertiginoso de setores como o serviço de teleatendimento na economia brasileira. Além disso, outros segmentos do ramo dos serviços, como a entrega de produtos em casa (principalmente alimentos) têm absorvido uma parcela significativa do subproletariado e até mesmo outras frações da classe trabalhadora que se encontram em situação de desemprego.

- 9 Na realidade, o processo de ampliação das relações de trabalho informais que se deu ao longo dos últimos trinta anos foi atravessado pela crise da economia real provocada pelo *crash* de 2008 e que atingiu com força o Brasil em 2015 e, ao mesmo tempo, pela revolução tecnológica que permitiu o surgimento do capitalismo de plataformas, que registrou um forte crescimento no Brasil nos últimos sete anos. Desde então, mesmo onde antes a informalidade era exceção, tem se convertido cada vez mais em regra. E a precarização do trabalho tem sido uma constante quanto mais a flexibilização do capitalismo brasileiro e de suas relações de trabalho se amplia.
- 10 Ao contrário do que acontece nos países centrais – onde a *GIG Economy* é apresentada como uma novidade – no Brasil, o subemprego consiste em condição histórica da formação socioespacial brasileira. A “economia dos bicos”, condição do subdesenvolvimento, caracteriza um objeto de estudo da geografia econômica. Santos (2008) engloba-a em sua teoria dos dois circuitos econômicos: superior e inferior. O circuito superior, de um lado, é regulado pela lógica moderna do capital; o circuito inferior, de outro, é marcado pela lógica do trabalho e pela economia popular, e geralmente goza de relações de trabalho informais. Os circuitos se conectam, influenciando de tal forma o processo de urbanização que produz espaços distintos no meio urbano, marcado pela desigualdade.
- 11 A consolidação do capitalismo de plataformas no Brasil tem evidenciado mecanismos de modernização conservadora. As empresas de aplicativo de entrega, ao penetrarem nas grandes cidades brasileiras, encontram uma miríade de relações sociais de produção previamente existentes, estruturadas com base na superexploração do subproletariado. O capitalismo de plataformas fagocita aquelas relações, trazendo para a realidade urbana brasileira novas técnicas sem modificar a estrutura social historicamente consolidada.
- 12 Como resultado, o capitalismo de plataformas absorve uma parcela do subproletariado urbano, reproduzindo velhas relações de trabalho por meio de novas tecnologias (softwares, algoritmos, etc.) que permitem ao capital se manter centralizado e, ao mesmo tempo, ampliar seu controle sobre o trabalho disperso. O império do capital atua aqui disfarçado de império da técnica, esta última configurando um instrumento em favor do estabelecimento das novas corporações no território.
- 13 Na atual fase informacional do capitalismo, tecnologias se inserem no tecido social, inexoravelmente, por meio do consumo, consolidando novas técnicas na mediação das relações sociais, modificadas pelas tecnologias digitais. O capital se utiliza dessa força aparentemente irrefreável das novas técnicas para subordinar o trabalho. Entretanto, contra aqueles que insistem em defender a tese de que o trabalho perdeu a centralidade numa suposta sociedade pós-industrial, alertamos que o trabalho permanece possuindo importância fundamental para a reprodução do capitalismo.
- 14 Precisamos lembrar que em sua teoria do valor, Marx (2013 [1867]) estabelece uma crítica do fetichismo da mercadoria similar a crítica de Feuerbach a teoria da alienação

do espírito de Hegel. Assim, tal como quando cria Deus, o homem confere à criatura a virtude de criador, ele o faz também com a mercadoria. Ao criar a mercadoria, o encantamento com a mesma leva o homem a conferir a ela o status de criadora do valor, quando é o trabalho humano seu verdadeiro criador. Defendemos aqui que o mesmo ocorre com a técnica. Ela ergue-se em simbiose com o trabalho para que o homem modifique o espaço. Contudo, ao criar a técnica - e isto se aplica à tecnologia digital -, conferimos a ela, erroneamente, a virtude criativa. Aqui, o império do capital, disfarçado de império da técnica, aliena o trabalho de seu verdadeiro papel histórico. Talvez, o termo adequado aqui não seja mais fetichismo, mas feitiço. Faz sentido, tendo em vista que ocorre uma espécie de encantamento do criador, provocado por sua criatura.

- 15 Retomando o papel da revolução digital, esse processo, somado à precarização das relações de trabalho, favoreceu a plataformação do trabalho no Brasil. O subproletariado se ampliou, pois, a crise econômica empurrou parte considerável dos brasileiros para a pobreza acentuada, aumentando o volume de trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação disponível no mercado à procura de trabalho. A metamorfose digital dos serviços, por sua vez, permitiu a esses trabalhadores, ávidos por qualquer trabalho que garanta sua sobrevivência, encontrassem uma alternativa que não exigisse qualquer qualificação (principalmente no caso dos aplicativos de entrega). Além disso, apesar da baixa remuneração, muitos desses aplicativos de serviços de entrega ou transporte permitem para alguns uma rápida fuga da condição de desemprego - pela via do subemprego, é claro. Ricardo Antunes destacou esse processo:

Proliferam, por exemplo, no mundo da máquina informacional-digital, presente nas TICs (que invadiram especialmente o setor de serviços agora quase todo mercadorizado), os mais distintos e diversificados modos de ser da informalidade (cujos contratos desconsideram os direitos e a regulamentação social protetora do trabalho) (ANTUNES, R. 2020, p.178).

- 16 A proliferação da indústria digital forneceu a base técnica para o surgimento do capitalismo de plataformas. Todo esse processo, como já mencionamos, seria impossível sem a revolução digital que ocorreu em todo o globo desde o início deste século. Tom Slee traz um importante exemplo de como tal mudança tecnológica foi fundamental para o avanço do capitalismo informacional:

Essa foi uma das bases objetivas não só para que a Google e Facebook estivessem entre as mais poderosas empresas do mundo, mas também para que um conjunto cada vez mais amplo de bens e serviços fosse oferecido não mais por empresas ou conglomerados especializados, mas por plataformas que, a custo quase zero, tinham o poder de conectar imediatamente consumidores e varejistas, reduzindo os custos envolvidos em suas transações (SLEE, T. 2020, p. 26).

- 17 Em 2020, a chegada da crise sanitária e econômica provocada pela covid-19 impôs um cenário de isolamento social marcado pelo confinamento em domicílio. Percebe-se o notável crescimento dos serviços de entrega e transporte por aplicativo de aparelhos celulares, cada vez mais perceptível na paisagem das grandes cidades brasileiras quando observamos o fluxo de entregadores circulando pela cidade em suas motocicletas ou bicicletas portando mochilas em que constam as marcas das empresas de aplicativos de entrega - dentre as mais famosas estão o Ifood, o Rappi, Uber Eats, Loggi e, no ramo de livros e aparelhos, a Amazon. Para exemplificar o efeito da pandemia na aceleração dos serviços digitais de entrega, selecionamos a tabela

produzida por Roberto Pessanha em seu artigo sobre a autofagia do capitalismo de plataformas:

Lista dos Top 100 que prosperaram na pandemia: impacto do Coronavírus FT Especial – 19 Junho 2020				
Ranking	Empresa/Setor	Localização	Valor Mercado Adicionado(US\$)	Razões & Resultados
1	Amazon/ E-commerce	Seattle EUA	401,1 bi	+ Compras online + Computação em nuvem + Streaming;
2	Microsoft /Tecnologia	Redmond EUA	269,9 bi	+ Computação em nuvem; App Team de Comunicação e jogos;
3	Apple /Tecnologia	Cupertino EUA	219,1 bi	+ Venda iPhone/iMac/MacBook Air com aumento do Home Office. Apple Store.
4	Tesla / VE	Palo Alto EUA	108,4 bi	Novo modelo VE e projeto Robotaxi autônomo e cobrando por Km.
5	Tencent / Tecnologia	Shenzen China	93,0 bi	App WeChat com 1,2 bi de usuários; + 112 milhões de assinantes vídeo; maior receita de jogos e aquisições de empresas Europa.
6	Facebook / Tecnologia	Menlo Park EUA	85,7 bi	Aumento com publicidade em 2,6 bi de usuários. Novos recursos, chat, live e jogos.
7	NVidia /Tecnologia	Santa Clara EUA	83,3 bi	+ Horas de uso jogos. Plataformas NVidia e = 50% placas gráficas para jogos.
8	Alphabet-Google / Tecnologia	Mountain View EUA	68,1 bi	Publicidade Google e YouTube; Vídeo e live Meet e vendas na Play Store;
9	PayPal/ Pagamentos	San Jose EUA	65,4 bi	7,4 milhões de novos usuários; + transferências, inclusive pgto. Empréstimos federais de US\$ 1 bi. App Venmo.
10	T-Mobile / Telecom	Bellevue EUA	59,7 bi	Adicionou 452 mil novos assinantes e se conformou como 3º player tele dos EUA.

Elaboração: PESSANHA, Roberto, 2020. Fonte: FT Top 100, 19 jun. 2020

Figura

1. Empresas que se destacaram, em valor de mercado, durante a Pandemia.

Fonte: Pessanha, Roberto, 2020

- 18 O que tem sido observado, desde então, é a aceleração de um processo de plataformação - que inclui nas relações sociais de produção (e circulação) associadas ao mercado de serviços de entrega no Brasil -, consolidando um modelo de relações de trabalho tendencialmente marcado pela ausência de vínculo empregatício entre o capital e o trabalho no ramo dos serviços - especialmente naqueles direcionados ao transporte ou à entrega em domicílio. Acreditamos que o processo em curso tem provocado o surgimento de novas formas de territorialização do capital, bem como novas territorialidades do trabalho. Sendo assim, acreditamos que o território seja uma categoria fundamental para entender como o capitalismo de plataformas atua no espaço. Mudanças tecnológicas geralmente significam transformações nas relações sociais de produção e, conseqüentemente, novas formas de apropriação do espaço. Resgatar categorias da geografia como ferramentas de estudo do capitalismo de plataformas parece ser o caminho para uma nova agenda de pesquisa. Nesse sentido, Tozi (2020) tem demonstrado a importância de enquadrar tais empresas por aplicativos não apenas como plataformas, mas como corporações com estratégias territoriais:

Nesse sentido, insistimos na ideia de que essas empresas não são apenas plataformas digitais, mas plataformas territoriais, pois é o território que se apresenta, ao mesmo tempo, como fundamento da tomada de decisão e recurso diferencial de rendimento, como se debaterá a seguir. A partir da análise de Santos (1996, p. 197), pode-se afirmar que haveria uma produtividade espacial, ou geográfica, para as plataformas digitais (TOZI, F. 2020, p.491).

- 19 Retomando o tema da ausência do vínculo empregatício, acreditamos que essa tendência se confirma quando observamos sentenças como a da juíza Shirley Aparecida de Souza Lobo Escobar, da 37ª Vara do Trabalho de São Paulo, que julgou, em janeiro de 2020, improcedente um pedido do Ministério Público do Trabalho (MPT-SP) que exigia que fosse validado o vínculo empregatício entre os entregadores iFood e a empresa. A juíza alegou que os entregadores “detêm os meios de produção” do trabalho, por isso, estariam mais próximos de autônomos do que empregados². Tal alegação, contudo, não procede, “pois, sua existência é categoricamente dependente da exploração, via taxas, do transporte remunerado de passageiros [e mercadorias]. Portanto, a empresa está vinculada ao ramo de transportes e aos deslocamentos de pessoas, informações e objetos no território” (TOZI, F. 2020, p.491).
- 20 Mas como atuam as empresas de aplicativo de entrega? Basicamente, essas empresas possuem pessoal contratado responsável pelo aprimoramento e manutenção de tecnologias de informação, o que lhes permite eficiência no desenvolvimento e gerenciamento de softwares que permitem ao consumidor utilizar os aplicativos baixados em seu celular para acessar as opções de produtos, agendar e monitorar, em tempo real, a entrega da mercadoria em seu domicílio. Para garantir o serviço, tais empresas criam uma política de cadastramento de entregadores para gerar um banco de dados com as informações dos trabalhadores disponíveis para que se possa acionar os entregadores mais próximos do trajeto. A empresa se apropria de uma parcela da renda gerada pelo serviço de *delivery* e paga a outra ao entregador – geralmente o pagamento é feito por entrega realizada ou por distância percorrida, no caso de alguns aplicativos de transporte. Dessa forma, a empresa se exime de muitas responsabilidades ao conseguir escapar de despesas e transferir custos e riscos aos trabalhadores, garantindo às corporações a obtenção de rendimento sobre o serviço técnico e digital prestado (Abílio, 2017).
- 21 De fato, a forma prioritária de reduzir tais custos e arcar com a menor responsabilização possível é o caminho da desregulamentação e do incentivo à informalização disfarçada de “autonomia” por parte dos trabalhadores. Acredita-se que estejamos diante de um processo de apropriação do trabalho “autônomo” de uma parcela do subproletariado urbano brasileiro pelo capitalismo de plataformas. Tais corporações também possuem estratégias bem singulares para se inserirem nos mercados nacionais e regionais. A mais relevante, talvez, como demonstram Tozi (2020) e Grohmann (2020), tem foco territorial, consistindo em priorizar o início das operações em áreas metropolitanas de grande dimensão, aproveitando a infraestrutura urbana, a economia urbana concentrada (mercado consumidor e oferta de trabalho) e, no caso do Brasil, a precariedade de alguns sistemas de transporte e de entrega nas maiores cidades do país. Sendo assim, não é por acaso que algumas plataformas (como a Uber) optaram pelo foco inicial no quadrilátero metropolitano brasileiro antes de buscarem a interiorização. Assim, entendemos, tal como Tozi (2020), que tais empresas não se resumem a plataformas digitais, mas consistem em plataformas territoriais.
- 22 Nota-se, então, que os aplicativos de entrega são um fenômeno essencialmente urbano. O que se pretende investigar é se o fenômeno analisado tem conduzido a uma nova forma de conexão entre os circuitos inferior e superior da economia urbana, desvelados por Santos (2008). Uma vez que o capitalismo de plataformas introduziu ferramentas digitais capazes de conectar oferta e demanda no seio de um comércio urbano preexistente, parece estar havendo uma captura do circuito inferior por tais

plataformas, absorvendo um conjunto de trabalhadores acostumados a conviver com relações informais de trabalho, remunerados por essas empresas com um baixo nível de rendimento, mesmo para aqueles que trabalham dez a doze hora diariamente

- 23 Tom Slee discorre sobre a estratégia da desregulamentação – que vale para além das empresas de aplicativos de entrega.

Os negócios da economia do compartilhamento se erguem sobre dois aspectos. Primeiro, a inovação de usar telefones e sites para construir uma plataforma. Segundo, evitar os custos da regulação. A inovação tecnológica foi boa para muitos consumidores, mas a desregulação não foi boa para os trabalhadores (SLEE, T. 2020, p. 22).

- 24 As interrogações de ordem geral que nos interessam diante do crescimento do capitalismo de plataformas no Brasil são: de que forma os aplicativos de entrega têm modificado a apropriação do espaço nas cidades brasileiras? Qual a real natureza das relações de trabalho em vigência nessa modalidade de serviços e de que maneira impactam na territorialização da economia de serviços no meio urbano? De que forma tal fenômeno impacta a conexão entre ambos os circuitos da economia urbana brasileira?

Considerações Finais

- 25 Uma vez inserido na realidade brasileira, o capitalismo de plataformas realiza mecanismos de modernização conservadora. O capital de plataformas, ao penetrar nas metrópoles brasileiras, encontra um conjunto de relações sociais de produção preexistentes, estruturadas com base na superexploração do subproletariado, fagocitando aquelas relações. Como resultado, o capitalismo de plataformas absorve uma parcela do subproletariado urbano, reproduzindo velhas relações de trabalho por meio de novas tecnologias (softwares, algoritmos, etc.) que permitem ao capital se manter centralizado e, ao mesmo tempo, ampliar seu controle sobre o trabalho disperso, sendo essa a estratégia adotada no âmbito da territorialização das empresas por aplicativo no espaço metropolitano brasileiro.
- 26 Em geral, o espaço metropolitano brasileiro, por sua vez, possui forte concentração populacional e econômica, além de um cenário de segregação socioespacial urbana. Esse quadro expõe uma área populacional e economicamente concentrada, marcada por uma desigualdade acentuada, configurando um contexto favorável às economias de aglomeração e urbanização, sendo o ambiente metropolitano um solo fértil para o crescimento das empresas de aplicativo de entrega.
- 27 A acentuada concentração da renda e a desigualdade geram, ao mesmo tempo, uma demanda por serviços, seguida de ampla oferta de força de trabalho de baixo custo ávida por trabalhos que exijam baixa qualificação. O resultado é a existência de um vasto setor de serviços de baixa remuneração, importante objeto para o estudo das relações de trabalho, principalmente quando consideramos a vasta gama de transformações que o setor de serviços tem observado a partir da introdução do capitalismo de plataformas no Brasil ao longo dos últimos anos. Empresas de aplicativo de entrega encontram no chamado quadrilátero metropolitano brasileiro um denso núcleo urbanizado, tecnicamente equipado, socialmente desigual, espacialmente segregado e saturado em termos de deslocamento, propiciando as condições favoráveis descritas no parágrafo anterior.

- 28 Acreditamos que o capitalismo de plataformas tem produzido modificações na relação entre os circuitos superior e inferior. As plataformas digitais permitem a absorção de trabalhadores cuja reprodução se dá no circuito inferior, apropriando-se das relações sociais vigentes naquele circuito para a reprodução do circuito moderno.
-

BIBLIOGRAPHY

- ABÍLIO, L. C. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. Passa Palavra, 2017. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/02/110685>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, financeirização e a racionalidade neoliberal. v. 22 n. 1 (2020): Revista Eptic v. 22, n. 1, p. 106-122, jan/abr. 2020.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. Condição pós-moderna. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- _____. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- MACIEL, Marcelo. CLINI, Giancarlo. RIBEIRO, Marcelo. Pesquisa de Perfil dos Entregadores Ciclistas de Aplicativo. São Paulo: julho de 2019.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PESSANHA, Roberto Moraes. Commoditificação de dados, concentração econômica e controle político como elementos da autofagia do capitalismo de plataforma. Com Ciência. revista eletrônica de jornalismo científico. Labjor: setembro de 2020.
- REVIDE. Portal de Notícias. Justiça decide que entregadores do ifood são autônomos e não têm vínculo com a empresa. Retirado de <<https://www.revive.com.br/noticias/empregos/justica-decide-que-entregadores-do-ifood-sao-autonomos-e-nao-tem-vinculo-com-empresa/>> acessado em 3/2/2021.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: Edusp, 2006
- _____. O Espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SILVA, Luiz Afonso Simoens da. Moeda e crise econômica global. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- SINGER, Paul. Dominação e desigualdade. Estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SLEE, Tom. Uberização. A nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- STREECK, Wolfgang. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.
-

TOZI, F. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. *Geosp – Espaço e Tempo (On-line)*, v. 24, n. 3, p. 487-507, dez. 2020.

NOTES

1. Entendemos por subproletariado a parcela da classe trabalhadora excluída das relações formais de trabalho e empurrada para a informalidade, a qual conforma a base da pirâmide de renda no Brasil. Essa classe é marcada pela baixa escolaridade e por condições precárias de reprodução social (moradia, saneamento básico, etc.)
2. Retirado de <<https://www.revista.com.br/noticias/empregos/justica-decide-que-entregadores-do-ifood-sao-autonomos-e-nao-tem-vinculo-com-empresa/>> acessado em 3/2/2021

ABSTRACTS

The present work is part of an investigation carried out within the scope of the author's doctorate and emphasizes the effects of the territorialization of platform capitalism in the metropolitan area of Rio de Janeiro. Since delivery app corporations have consolidated in the Brazilian territory, their effects in changing the urban reality in large national cities have been noticed by all those who come across delivery service app workers in urban areas. What are the impacts of platform capitalism on Brazilian metropolises? How do these platforms absorb the Brazilian urban subproletariat? How does the territorialization of this type of service take place? This research intends to answer these questions and more that will arise from them. It is intended, in effect, to open paths for the study of platform capitalism in metropolitan territories and its connections between the upper and lower circuits of the Brazilian urban economy.

O presente trabalho é parte de uma investigação realizada no âmbito do doutoramento do autor e enfatiza os efeitos da territorialização do capitalismo de plataformas na área metropolitana do Rio de Janeiro. Desde que corporações de aplicativos de entrega se consolidaram no território brasileiro, seus efeitos na modificação da realidade urbana nas grandes metrópoles nacionais têm sido notados por todos aqueles que cruzam com os trabalhadores de aplicativo de serviços *delivery* no meio urbano. Quais os impactos do capitalismo de plataformas nas metrópoles brasileiras? De que forma tais plataformas absorvem o subproletariado urbano brasileiro? Como se dá a territorialização desse tipo de serviço? A presente pesquisa pretende responder a estas perguntas e outras mais que delas surgirão. Pretende-se, com efeito, abrir caminhos para o estudo do capitalismo de plataformas nos territórios metropolitanos e suas conexões entre os circuitos superior e inferior da economia urbana brasileira.

El presente trabajo forma parte de una investigación realizada en el ámbito del doctorado del autor y enfatiza los efectos de la territorialización del capitalismo de plataforma en el área metropolitana de Río de Janeiro. Desde que las corporaciones de aplicaciones de entrega se consolidaron en el territorio brasileño, sus efectos en el cambio de la realidad urbana en las grandes ciudades nacionales han sido notados por todos aquellos que se topan con trabajadores de aplicaciones de entrega en áreas urbanas. ¿Cuáles son los impactos del capitalismo de plataforma en las metrópolis brasileñas? ¿Cómo absorben estas plataformas al subproletariado

urbano brasileiro? ¿Cómo se produce la territorialización de este tipo de servicios? Esta investigación pretende responder a estas preguntas y a otras que surgirán de ellas. Se pretende, en efecto, abrir caminos para el estudio del capitalismo de plataforma en territorios metropolitanos y sus conexiones entre los circuitos superior e inferior de la economía urbana brasileña.

Le présent travail fait partie d'une enquête menée dans le cadre du doctorat de l'auteur et met l'accent sur les effets de territorialisation du capitalisme de plateforme dans la zone métropolitaine de Rio de Janeiro. Depuis que les sociétés d'applications de livraison se sont consolidées sur le territoire brésilien, leurs effets sur le changement de la réalité urbaine dans les grandes villes nationales ont été remarqués par tous ceux qui croisent les travailleurs des applications de services de livraison dans les zones urbaines. Quels sont les impacts du capitalisme de plateforme sur les métropoles brésiliennes ? Comment ces plateformes absorbent-elles le sous-prolétariat urbain brésilien ? Comment s'opère la territorialisation de ce type de service ? Cette recherche vise à répondre à ces questions et à bien d'autres qui en découleront. Il s'agit en effet d'ouvrir des voies pour l'étude du capitalisme de plateforme dans les territoires métropolitains et de ses connexions entre les circuits supérieurs et inférieurs de l'économie urbaine brésilienne.

INDEX

Mots-clés: économie de plateforme, précarité du travail, services de livraison, capitalisme, Brésil.

Palabras claves: economía de plataformas, precariedad laboral, servicios de entrega, capitalismo, Brasil.

Palavras-chave: economia de plataforma, precarização do trabalho, serviços de entrega, capitalismo, Brasil.

Keywords: platform economy, work precariousness, delivery services, capitalism, Brazil.

AUTHOR

ANDRÉ ALMEIDA DE ABREU

Doutorando PUC-Rio. Email: andrealmeidaabreu@gmail.com